

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP

Para a Formação em Segurança Pública

Ministério da Justiça

Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508

Telefones: (61) 429-3023 / 429-3837 Fax: (61) 429-3620

E-mail: ensino.senasp@mj.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública/ SENASP do Ministério da Justiça apresenta a Matriz Curricular Nacional. Instrumento desenvolvido em 2003 pela Coordenação Geral de Ensino, esta Matriz deve constituir-se num marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas por todas as polícias, contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

A Matriz Curricular Nacional impulsionará, por meio de processos educacionais, a implantação das Academias Integradas em cada Estado, contemplando a necessidade de transformação do saber-fazer e do fazer-saber da Segurança Pública a partir das demandas da sociedade e d@s profissionais da área policial.

É importante destacar que na essência da Matriz Curricular Nacional está o diálogo permanente com as diversas realidades inerentes à área de Segurança Pública, em cada Unidade Federativa, considerando as especificidades regionais.

Para a elaboração deste documento foram convidados representantes de diferentes instituições que trabalham na área da Segurança Pública. buscando-se com esta iniciativa o fortalecimento da cidadania e a construção de um relacionamento entre polícia e sociedade baseado no respeito, na confiança e no compromisso com a paz.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/SENASP

Luiz Fernando Corrêa
Secretário Nacional de Segurança Pública

Ricardo Brizola Balestreri
Diretor

Juliana Márcia Barroso
Coordenadora-Geral

Equipe Coordenação de Ensino

Luciana Caetano Silva
Lusenira Paiva (*Estagiária*)
Melissa de Alencar Alves Pongeluppi
Roberta Shirley Alves de Oliveira
Tânia Zin Romano

ÍNDICE

1	Introdução: A Matriz Curricular Nacional e sua importância para a Formação em Segurança Pública.....	
2	Componentes da Estrutura da Matriz Curricular Nacional	
2.1	Princípios.....	
2.2	Objetivos Gerais	
2.3	Eixos Articuladores	
2.3.1	Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública	
2.3.2	Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública	
2.3.3	Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública	
2.3.4	Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.....	
2.4	Áreas Temáticas.....	
2.4.1	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	
2.4.2	Violências, Crime e Controle Social	
2.4.3	Cultura e Conhecimento Jurídico	
2.4.4	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	
2.4.5	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador.....	
2.4.6	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	
2.4.7	Cotidiano e Prática Policial Reflexiva	
2.4.8	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	
2.5	Orientações Metodológicas	
2.5.1	Declaração das intenções, princípios norteadores e movimentos metodológicos.....	
2.6	Sistema de Avaliação - Monitoramento	
2.6.1	Auto-avaliação dos Cursos e Monitoramento.....	
2.6.2	Concretização das pretensões	
3	Referências Bibliográficas.....	
4	Glossário.....	
4.1	Referências Bibliográficas do Glossário	

1 Introdução: A Matriz Curricular Nacional e sua importância para a Formação em Segurança Pública

A formação dos profissionais da Segurança Pública é fundamental para a qualificação das polícias brasileiras, conforme foi definido nas diretrizes estabelecidas pelo “Plano Nacional de Segurança Pública”¹. A Coordenação de Ensino da SENASP propõe um conjunto de orientações para o desenvolvimento de ações formativas visando situar as atividades educativas no contexto profissional e social em razão à cada vez mais exigente demanda de novos conhecimentos, saberes e habilidades que exige continuamente novas aprendizagens e que requer uma integração de conhecimentos que vai além do desenvolvimento de currículos de forma fragmentada. Estas ações serão operacionalizadas por meio das Instituições de Ensino de Segurança Pública das unidades federativas, e posteriormente, pela Escola Superior de Segurança Pública (ESSP) mediante uma política pública implementada pela SENASP.

Há hoje um consenso da necessidade de um esforço intenso de abrangência nacional para o aprimoramento da formação em Segurança Pública em sua complexidade, que potencializa o compromisso com a cidadania e a educação para paz, articulando-se permanentemente com os avanços científicos e o saber acumulado. A demanda prioritária é, sobretudo, identificar e propor estratégias concretas de realização e aprimoramento deste processo.

Tendo em vista “a constituição de um sistema educacional único para todas as polícias e outros órgãos de Segurança Pública”¹ apresenta-se o conjunto de idéias que compõe a **Matriz Curricular Nacional** e que constitui referência, a partir de reflexão sobre as diferentes demandas e problemas identificados na formação dos profissionais, para a difusão de parâmetros que fortaleçam o diálogo entre as Instituições e a transformação dos referenciais teóricos a partir

da análise das práticas.

Com a proposta da constituição de um referencial nacional para a formação em Segurança Pública denominado **Matriz Curricular Nacional**, cujo conteúdo foi construído a partir de discussões em várias instâncias e com o auxílio de profissionais policiais e consultores para que representasse o pensamento da coletividade, foi dado o prosseguimento ao trabalho iniciado com as “ Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão”.

A palavra “**matriz**” remete às idéias de “criação” e “geração” que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre *Eixos Articuladores e Áreas Temáticas*.

O termo “**matriz**”, suscita a possibilidade de um arranjo não linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a **Matriz Curricular Nacional** expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos ao mesmo tempo que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais, políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “ pontos comuns ” que caracterizem a formação em Segurança Pública pretendida nas diversas regiões brasileiras.

À orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais adquiridas progressivamente e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas do mundo do trabalho.

O termo “currículo” não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos. Conforme orientação do documento ministerial vigente sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, currículo significa a expressão de princípios e metas do projeto educativo que deve ser flexível, promover debates e reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos do processo educativo.²

Os currículos traduzem as intenções pedagógicas das ações de formação. Entende-se por currículo interdisciplinar um currículo orientado para a integração, para o desenvolvimento de relações entre as disciplinas e também dos conteúdos que se encontram nas fronteiras entre elas, aqueles que são objeto de atenção em várias disciplinas e que possibilitam tratar de questões mais vitais e conflituosas, que normalmente não podem ser tratadas dentro dos limites de uma única disciplina³.

A **Matriz Curricular**, de abrangência nacional, visa criar condições para que nos diversos contextos formativos sejam discutidos e implementados mecanismos que garantam a todos profissionais discutir formas de garantia para o acesso às oportunidades de uma permanente formação que privilegie a relação entre teoria e prática e a articulação entre os diferentes saberes.

Se há diferenças sociais e culturais marcantes que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, há também as que são comuns a todos: a de um policial de qualquer lugar do Brasil ter o direito, o dever e a possibilidade de aprender o que é apontado nos eixos articuladores, nas áreas temáticas, nas capacidades gerais e competências específicas apresentadas na Matriz Curricular e que constituirão a base dos currículos dos cursos em nível nacional. Assim, o estabelecimento da “**matriz**”, ao mesmo tempo que contribui para a construção da unidade, busca garantir o respeito à diversidade que é marca cultural do país, por meio de adaptações que integrem as diferentes dimensões

da prática de ensino em direção à formação profissional pretendida.

A **Matriz Curricular Nacional** constitui referencial construído a partir da reflexão sobre currículos estaduais e municipais voltados À Segurança Pública. Tal referencial busca orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade do ensino, bem como do desempenho profissional e institucional, socializando o produto de discussões, pesquisas e recomendações, apoiando a prática docente, especialmente d@s profissionais que se encontram mais isolad@s do contato com a produção científica e as técnicas atualizadas.

A **Matriz Curricular Nacional** será concretizada e reconfigurada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas formativos elaborados pelas Instituições de Ensino, inclusive em parceria com Universidades, ampliando a interação das ações em Segurança Pública, configurando-se de maneira aberta e flexível.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações é que a **Matriz Curricular Nacional**, tanto em seus objetivos quanto no significado dos *Eixos Articuladores* e das *Áreas Temáticas* que devem perpassar os currículos, aponta caminhos para enfrentar as situações cotidianas concretas encontradas pel@s profissionais de Segurança Pública, adotando como ponto principal o desenvolvimento de capacidades gerais e competências específicas e a visibilidade dos valores envolvidos: @ alun@ passa a ser sujeito de sua própria formação, assumindo sua responsabilidade como participante de uma Instituição de Segurança Pública, consciente de seu papel na sociedade.

A **Matriz Curricular Nacional** em sua expressão singular, corresponde à lógica da integração que se tornou um dos principais compromissos da Política

Nacional de Segurança Pública na construção do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Como expressão dos parâmetros norteadores da formação policial, a **Matriz Curricular Nacional** visa proporcionar a tod@s profissionais instrumentos através dos quais, de maneira autônoma e responsável, consigam refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

A estrutura da **Matriz** Curricular encontra-se assim definida:

- Princípios;
- Objetivos Gerais;
- Eixos Articuladores;
- Áreas Temáticas;
- Orientações Metodológicas;
- Sistema de Avaliação e Monitoramento.

2 Componentes da Estrutura da Matriz Curricular Nacional

2.1 Princípios da Matriz

Os princípios que fundamentam a concepção de formação profissional adotada pela Coordenação de Ensino SENASP/MJ e que pautam a construção

da **Matriz Curricular Nacional**, são:

a) **Compreensão e valorização das diferenças:** princípio de caráter ético, normativo-legal e prático que trata dos **Direitos Humanos e a Cidadania**, privilegiando o respeito à pessoa e a justiça social nas diversas ações educativas, envolvendo conteúdos teóricos, técnicos e práticos destinados à capacitação dos profissionais da Segurança Pública comprometidos com uma identidade e uma imagem profissional compatíveis com as políticas nacionais e a implementação das Políticas de Segurança Pública.

b) **Formação e qualificação profissional continuada:** princípio de caráter educacional e de constante envolvimento com estudos vinculados a questões reais e práticas e que incentiva a atenção aos demais segmentos do sistema penal da esfera pública e da sociedade civil.

c) **Flexibilidade, diversificação e transformação:** princípio que abrange a Educação em Segurança Pública entendida como **um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações** na concepção e implementação das Políticas Públicas de Segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.

d) **Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes:** princípio que apóia processos educativos que ultrapassam a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos, em que processos de interação tornam-se **espaços de encontro**, de busca de motivações, discussão de saberes, de escuta de contribuições diferenciadas, sustentados pela ética da tolerância e da argumentação,

estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia, o enfrentamento de novos desafios e a construção democrática de saberes renovados, atendendo à extrema relevância do desenvolvimento da capacidade de lidar com questões complexas, mobilizando conhecimentos oriundos de disciplinas e saberes distintos, da literatura científica, da prática profissional, da vivência pessoal.

e) **Valorização do conhecimento anterior:** princípio educacional que trata da reflexão crítica sobre as **questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das Instituições e do corpo social**, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias do saber policial.

para o saber prévio dos atores concretamente envolvidos na experiência social e profissional, eliminando a visão de que “ somente os especialistas são detentores do saber ”.

f) **Valorização do conhecimento da realidade:** princípio que fundamenta as políticas pedagógicas a partir do diagnóstico geral e circunstanciado da situação das políticas e ações de Educação em Segurança Pública das diversas regiões do país, oferecendo uma imagem clara das realizações, carências, necessidades e demandas. O diagnóstico, por seu caráter participativo, envolve vários segmentos sociais e institucionais que lidam com questões de Segurança Pública nos diversos níveis hierárquicos: policiais civis e militares, corpo de bombeiros, delegados e oficiais, diretores, especialistas e docentes de instituições educacionais, autoridades públicas municipais, estaduais e federais, representantes de grupos sociais organizados, pesquisadores e outros.

g) **Integração:** princípio que trata da construção do conjunto das ações de Educação em Segurança Pública, com diretrizes comuns, elaboradas

participativamente, levando-se em conta as experiências bem sucedidas já existentes, buscando por um lado a integração entre as Instituições formadoras tradicionais e, por outro, a participação das demais Instituições envolvidas com educação e ensino como Universidades, Centros de Formação de Recursos Humanos, ONGs, entre outros.

h) **Abrangência e capilaridade:** princípio que trata da garantia de que o maior número possível de pessoas, profissionais, organizações seja alcançado por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas.

i) **Universalidade:** princípio em que a universalidade se refere a conteúdos, métodos e referências veiculados de maneira padronizada no conjunto das ações (a noção de cidadania ou algumas técnicas policiais, por exemplo), levando-se em conta a diversidade que caracteriza o país.

j) **Articulação, continuidade e regularidade:** princípio que visa dar consistência e coerência aos processos, através da implementação da formação dos formadores e da constituição de uma rede de informações e inter-relações que possibilitará disseminar os paradigmas de políticas democráticas de Segurança Pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.

l) **Qualidade e atualização permanente:** princípio que trata da garantia e do reconhecimento da excelência das ações formativas submetidas a processos de avaliação e monitoramento sistemático realizados segundo modalidades diferentes e o compromisso com a sociedade.

Associa-se a estes princípios o entendimento de formação como um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à intervenção social, como oportunidade para repensar o próprio posicionamento ético e político e de analisar e aprimorar a prática, constituindo espaço para partilha e debate de abordagens diferentes, e ocasião privilegiada para gerar discussão sobre questões complexas das situações enfrentadas no trabalho.

2.2 Objetivos Gerais

A **Matriz Curricular Nacional** indica os seguintes *objetivos gerais* essenciais à formação em Segurança Pública:

- compreender o exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, motivando para a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, repúdio a qualquer forma de intolerância, promoção humana;
- posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões;
- perceber-se como agentes transformadores da realidade social e histórica do país, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual;
- conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira,

posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crenças, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais;

- conhecer e dominar diversas técnicas, inclusive as relativas ao uso da força, para desempenho do serviço e da política de Segurança Pública, sabendo utilizá-las a partir da formulação de problemas relativos às situações concretas vivenciadas na realidade cotidiana e da análise de suposições sob diferentes pontos de vista, buscando a superação dos impasses através da utilização do pensamento crítico e da adoção de atitudes e práticas de inclusão social, da criatividade, intuição ponderada pelo conhecimento, além dos preceitos legais aplicáveis;
- desenvolver o autoconhecimento e o sentimento de confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física, ética e de inter-relações a fim de agir com perseverança, valorizando o saber e o trabalho do profissional da área da Segurança Pública para a consolidação de uma identidade que favorece a busca da solução pacífica dos conflitos no exercício da cidadania e na aplicação da lei;
- utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para reconstruir e afirmar conhecimentos sobre a realidade e as situações que requerem a atuação das Instituições e d@s profissionais de Segurança Pública.

2.3 Eixos Articuladores

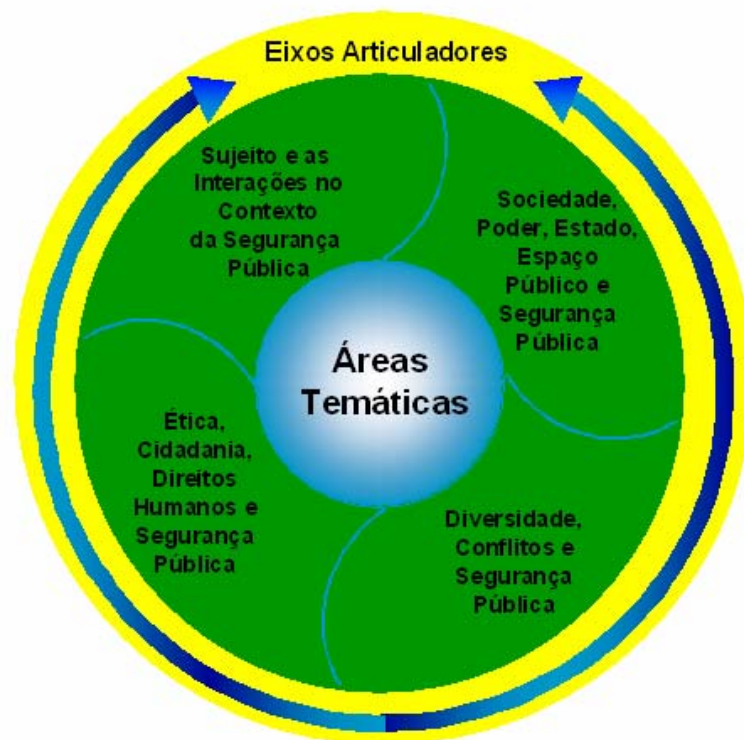
Os **Eixos Articuladores** da **Matriz Curricular Nacional** estruturam o conjunto dos conteúdos formativos transversais (estritamente vinculados a uma realidade social comum) e comunicam o sentido político-pedagógico do que se pretende realizar através da formulação de uma Matriz Curricular para Formação em Segurança Pública. São chamados de *Eixos Articuladores* na medida em que conduzem para a reflexão sobre o papel individual, social, histórico e político do profissional e das instituições de Segurança Pública. Por serem entendidos como eixos têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais da formação policial, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político onde elas se dão.

Os **Eixos Articuladores** têm como função básica orientar a formulação, a implementação e a avaliação das atividades da formação e do ensino em Segurança Pública. Os quatro eixos selecionados pela amplitude permitem definir a orientação geral dos processos formativos e os conteúdos a serem tratados para a estruturação dos diversos processos pedagógicos.

Utiliza-se a expressão “ *Eixos Articuladores*” pelo caráter amplo, abrangente, interdisciplinar e complexo da discussão que engendram, mesmo quando abordados em contextos específicos e de aprendizagem, e por constituírem a base para a definição das *Áreas Temáticas*, e permearem as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos e orientações didático-pedagógicas.

Os Eixos Articuladores foram definidos por sua pertinência na discussão sobre a Segurança Pública e por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, enfrentadas pelos profissionais do sistema e considerados de abrangência nacional. Estes eixos ensejam uma concepção dinâmica do

trabalho em Segurança Pública a partir do questionamento das posições assumidas por estes profissionais nos diferentes papéis que desempenham na sociedade com a consciência de que esta se produz e reproduz, que se articula a “questão da Segurança Pública”, na forma de discursos e práticas diferenciadas.



Os **Eixos Articuladores** selecionados para orientar os currículos de formação policial são:

- Sujeito e as interações no contexto da Segurança Pública;

- Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

2.3.1 Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública

Este **Eixo Articulador** se justifica pela necessidade de considerar @ profissional de Segurança Pública como sujeito que desenvolve sua função em interação permanente com outros sujeitos e com o ambiente, tornando essencial articular os conteúdos formativos a questões sobre as diferentes concepções acerca do indivíduo, os papéis por ele desempenhados e a qualidade das interações que estabelece. Cabe discutir os valores a respeito de si mesmo e das relações estabelecidas no contexto do exercício da sua profissão, permitindo que processos educativos sejam vivenciados e entendidos como momentos de interação, de encontro e de discussão de temas diretamente ligados a este eixo, como:

- sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo;
- aspectos humanos da profissão ou de procedimentos específicos;
- relações humanas;
- autoconhecimento e valores.

2.3.2 Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública

É o eixo que traduz a exigência de considerar as atividades de Segurança Pública no contexto da sociedade, no lócus onde elas se dão, oferecendo a possibilidade de conhecer e refletir sobre a realidade social, sua organização e

suas tensões estudadas do ponto de vista histórico, social, político, antropológico e cultural; sobre conceitos políticos fundamentais como “ Democracia” e “ Estado de Direito”, considerando igualmente as questões referentes à convivência no espaço público (local principal da atuação dos órgãos de Segurança Pública e da coexistência de interesses e intenções conflitantes.

Exemplos de temas

- elementos de antropologia e de história;
- sociedade, povo e Estado Brasileiro;
- espaço público, cidadania, democracia e Estado de Direito;
- constituição do Estado de Direito;
- formas de sociabilidade e utilização do espaço público;
- história social e econômica do Brasil, do Estado, ...

2.3.3 Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública

Este **Eixo Articulador** visa estimular o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social, pela importância da reflexão sobre as articulações entre as diferentes noções de ética, cidadania e Direitos Humanos, bem como suas implicações nos diferentes aspectos da vida profissional e institucional no contexto das atividades de Segurança Pública e sobre os diversos conteúdos formativos, inclusive os de caráter técnico e operacional, enfatizando a dimensão ética da existência buscando a tradução concreta de princípios e valores na prática cotidiana profissional.

Exemplos de temas:

- valores presentes na sociedade;
- atuações humanas frente a dilemas éticos;
- ética, política e cidadania.

2.3.4 Diversidade, Conflitos e Segurança Pública

Este eixo articulador trata da inclusão da discussão de questões que dizem respeito à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural. A diversidade é proposta como fonte permanente de enriquecimento e desafio, cabendo proporcionar ao (a) profissional de Segurança Pública instrumentos para conhecer e refletir sobre expressões da diversidade e do conflito como fenômenos inerentes à vida social e às relações humanas e como direito fundamental da cidadania e de respeito e valorização das diferenças. Este eixo estimula a reflexão permanente sobre as intervenções dos órgãos de Segurança Pública frente às questões de diferença sócio-cultural, gênero, orientação sexual, etnia, geração, comportamentos estigmatizados e, especialmente, daquelas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação.

Exemplos de temas

- diversidade como fenômeno social e direito fundamental da cidadania;
- valorização das diferenças e a intervenção de órgãos da Segurança Pública;

- conflitos gerados pela intolerância e a discriminação;
- mediação e negociação de conflitos.

Diante das relações inesgotáveis entre os Eixos Articuladores, Áreas Temáticas e o contexto mais amplo, novas abordagens éticas e políticas serão exigidas para a harmonização dos interesses comuns, dos direitos dos indivíduos e as necessidades da sociedade, das comunidades e das organizações onde trabalham.

O gráfico abaixo apresenta possibilidades de integração e ampliação do conhecimento a partir dos Eixos Articuladores.



2.4 Áreas Temáticas

As **Áreas Temáticas** devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional de Segurança Pública e que capacitam para o exercício de sua função. Na elaboração desta **Matriz Curricular Nacional** foram elencadas oito *Áreas Temáticas* destinadas a acolher um conjunto de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação policial.

As **Áreas Temáticas** designam os espaços específicos da construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de Ensino, em conformidade com seus interesses, peculiaridades e especificidades locais. É conveniente esclarecer que a opção pelo termo “área” deu-se em função de que a área temática não identifica um conjunto de disciplinas, mas sim um conjunto de conteúdos a serem tratados no currículo. Em consequência, as **Áreas Temáticas** permitem enriquecer os currículos já existentes a partir de novos conteúdos propostos, não por simples acréscimo, mas pela integração de problemáticas emergentes da realidade. Há possibilidade de utilizar as áreas propostas como títulos de componentes curriculares; o intuito principal é que através delas se garanta o tratamento dos conteúdos para os quais elas apontam.

Cada **Área Temática** define um espaço de conteúdos, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas corporações, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais, estando diretamente vinculadas aos **Eixos Articuladores** e integradas entre si, podendo um determinado conteúdo ser tratado em mais de uma Área Temática

desde que examinado sob diferentes pontos de vista ou dimensões.



As **Áreas Temáticas** propostas pela **Matriz Curricular Nacional** são:

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- Violência, Crime e Controle Social;
- Cultura e Conhecimentos Jurídicos;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;

- Cotidiano e Prática Policial Reflexiva;
- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

A Área Temática **Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública**, corresponde à concretização final de todo o processo de formação destinado a instrumentalizar @ profissional de Segurança Pública para desempenho de sua função. A qualidade deste desempenho está, contudo, vinculada aos conhecimentos, competências, habilidades e atitudes contemplados pelas demais áreas temáticas.

2.4.1 Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública

Esta **Área Temática** possibilita a compreensão das estruturas organizacionais da história e da dinâmica das Instituições de Segurança Pública dos diversos Sistemas existentes, incluindo a discussão crítica e contextualizada da atuação dos diferentes órgãos e carreiras profissionais, que compõem as organizações responsáveis pela promoção e preservação da ordem pública, destacando as competências, os pontos de articulação existentes, as interfaces e a interatividade das respectivas ações, com vistas a instrumentalizar @ profissional para a participação no desenvolvimento das políticas integradas de Segurança Pública. Propõe estimular, especialmente na formação profissional inicial, o conhecimento dos fatores sociais que afetam a atuação das organizações de Segurança Pública e, mais amplamente, do Sistema de Justiça Criminal para a compreensão de sua inserção no sistema e para a análise histórica e crítica das questões relativas às políticas públicas de segurança e ao conceito de Segurança Pública.

A Gestão Integrada em Segurança Pública se constitui em importante conteúdo porquanto possibilitará a compreensão crítica dos princípios, estruturas, processos e métodos adotados na formulação e implementação das políticas de Segurança Pública.

Exemplos de temas

- conceito de Segurança Pública e diferentes paradigmas de Segurança Pública;
- história das Instituições de Segurança Pública;
- formulação, implementação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas de segurança;
- funções e atribuições da polícia numa sociedade democrática;
- filosofia e modelos de policiamento comunitário;
- gestão integrada e interatividade em Segurança Pública;
- controle democrático interno e externo das Instituições de Segurança Pública;
- poder de polícia, o poder da polícia e o poder discricionário do policial;
- administração e Serviço Público;
- gestão de recursos humanos, planos de carreira e relações de trabalho;
- planejamento estratégico aplicado à Segurança Pública.

2.4.2 Violências, Crime e Controle Social

Esta **Área Temática** estabelece um espaço de conhecimento crítico e reflexão atinente aos fenômenos da violência e do crime em suas várias formas, proporcionando a compreensão das diversas maneiras da sociedade organizar (ou não) o controle dessas manifestações, incluindo o entendimento da diferença entre a modalidade jurídico-penal de tratar a violência e outras modalidades e a abordagem interdisciplinar da violência e da criminalidade.

Exemplos de temas

- sociologia da violência;
- violência estrutural, institucional, interpessoal;
- mídia, violência e (in)segurança;
- noções de criminologia;
- processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas;
- sistema penal, processos de criminalização e práticas institucionais de tratamento dos autores de atos delitivos;
- jovens em conflito com a lei;
- violência e corrupção policial;
- crime organizado: análise crítica da gênese e estruturas;
- violência da escola e violência na escola;
- violência e grupos vulneráveis;
- violência contra a mulher;
- rede de exploração sexual comercial.

2.4.3 Cultura e Conhecimento Jurídico

Esta **Área Temática** propicia a reflexão crítica sobre o Direito como construção cultural sobre os Direitos Humanos e sua implementação com vista à atuação profissional em Segurança Pública no Estado Democrático de Direito, implicando no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades policiais, de forma indissociada das demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática profissional.

Exemplos de temas

- Direito, sua concepção e função;
- Direitos Humanos , sua história e instrumentos de garantia;
- elementos de Direito Constitucional;
- elementos de Direito Administrativo;
- elementos de Direito Penal e Direito Processual Penal;
- legislações especiais aplicáveis no âmbito da Segurança Pública.

2.4.4 Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos

Esta **Área Temática** propõe favorecer o domínio do conhecimento e das modalidades necessárias para lidar com situações conflituais, considerando que estas são diversificadas e que demandam procedimentos e técnicas diferenciadas de atuação preventiva e reativa, incluindo o estudo de técnicas de mediação, negociação, uso da força, entre outras. Dada a complexidade destas situações de conflito é fundamental que sejam considerados o foco, o contexto e @s envolvidos@s, para que as decisões sejam tomadas de forma responsável,

eficaz, legítima e legal, sendo a análise das situações de conflito sejam realizadas no interior dos grupos, incentivando o desenvolvimento de equipes, o planejamento integrado, comportamento assertivo, com aplicação das táticas de gerenciamento de conflitos.

Exemplos de temas

- análise e prevenção de conflitos;
- mediação de conflitos;
- emotividade e percepção das situações e conflito;
- preparação psicológica e emocional do “gerenciador” de conflitos;
- tomada de decisão em situações de conflito;
- uso da força, legitimidade e limites;
- formas de uso da força, responsabilidade e ética;
- responsabilidade d@s aplicadores da lei;
- relação com a mídia.

2.4.5 Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador

A abordagem desta área temática é urgente e determinante quanto à motivação, à eficácia e ao bem-estar d@ profissional em Segurança Pública, incluindo metodologias que valorizem @s participantes e lhes permitam ter uma positiva imagem de si como sujeito e como membro de uma instituição, contribuindo para a criação de uma cultura efetiva de respeito e bem-estar d@s profissionais, não se restringindo a questões relacionadas à remuneração e planos de carreira, mas também a condições de trabalho, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação.

A saúde do trabalhador está associada a sua valorização, tendo-se como referência a dimensão física e os aspectos psicológicos e sociais da vida profissional, devendo esta Área Temática incluir a valorização e a proteção da vida e da integridade física, mental e emocional do profissional Segurança Pública, referindo-se à adoção de providências técnicas e a modalidades específicas de organização do trabalho e ao estudo do estresse e de suas conseqüências.

Exemplos de temas

- imagem do profissional Segurança Pública;
- condições de trabalho em Segurança Pública;
- desempenho profissional e procedimentos e técnicas para proteção à vida;
- conceito de saúde para o profissional em Segurança Pública;
- condições de trabalho saudáveis e equipamentos adequados;
- exercício físico.

2.4.6 Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública

Esta Área Temática inclui conteúdos relativos aos princípios, procedimentos e técnicas da comunicação, isto é, dos processos de troca e transferência de informação. É imprescindível para o profissional de Segurança Pública conhecer e utilizar de maneira eficaz, legal e eticamente sustentável, o

complexo sistema de comunicação que constitui e estrutura o próprio Sistema de Segurança Pública. Esta área inclui a abordagem geral dos diferentes princípios, meios e modalidades de comunicação, destacando-se entre eles a comunicação verbal e não-verbal fundamental para a interação com o público, a comunicação escrita e a comunicação de massa, designando as diversas técnicas de difusão de informação, ligadas ao progresso técnico-científico, destinadas ao conjunto da sociedade.

Esta Área Temática abrange ainda o estudo das modalidades específicas de comunicação, de carácter intra-institucional e interinstitucional, indispensáveis para o funcionamento do Sistema de Segurança. Contempla as atividades formativas relativas às diversas tecnologias utilizadas em Segurança Pública, sejam elas ligadas diretamente à comunicação de informações ou relativa às demais atividades em Segurança Pública, numa visão de aprendizado das tecnologias indissociada da discussão da finalidade e ou procedimento policial.

Exemplos de temas

- princípios, meios e formas de comunicação: da comunicação oral à comunicação de massa;
- comunicação verbal e corporal;
- comunicação de massa e Sistema de Segurança Pública;
- sistemas de telecomunicações interno e externo;
- registro de ocorrências;
- estatística criminal e análise criminal;
- geoprocessamento e atuação policial no locus urbano;
- gestão das novas tecnologias da informação;

- atividades, operações e análise de Inteligência;
- controle democrático e atividades de Inteligência;
- programas informáticos de geoprocessamento .

2.4.7 Cotidiano e Prática Policial Reflexiva

Esta Área Temática propõe a realização de atividades formativas centradas na discussão teórica da prática e da realidade cotidiana da profissão, preparando para a mobilização, em tempo real, do conjunto de conhecimentos para solução e mediação de problemas concretos.

Exemplos de temas

- casos de relevância e alto risco;
- mediação e solução de problemas policiais;
- práticas individuais e institucionais polêmicas;
- análise situacional concreta;
- o imaginário do cotidiano;
- reflexão e rotinas;
- práticas policiais emblemáticas.

2.4.8 Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública

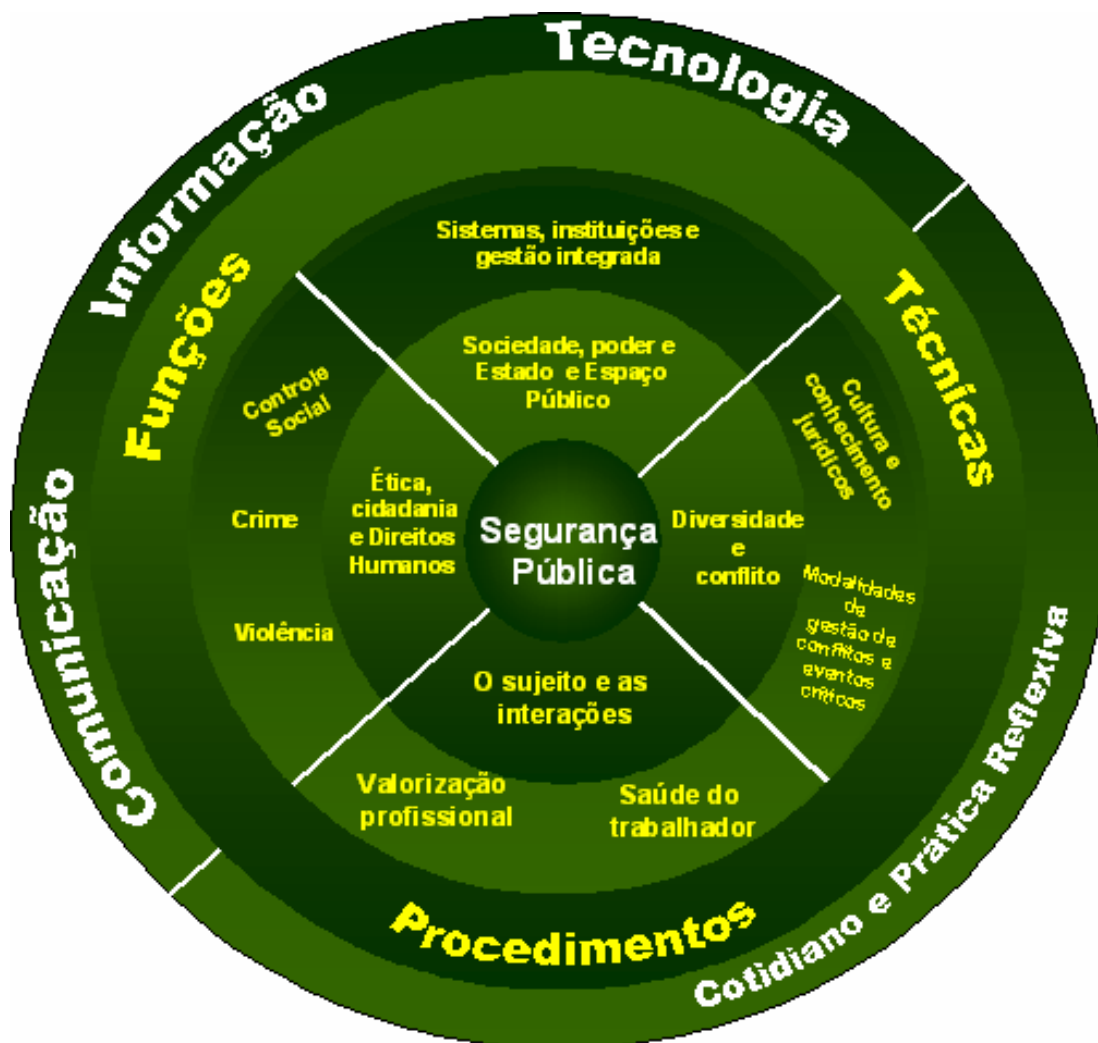
Trata-se da Área Temática em que se concentram os conteúdos relativos aos aspectos técnicos e procedimentais inerentes do exercício das funções e

que devem permear as ações formativas e integrar as demais Áreas Temáticas .

Exemplos de temas

- policiamento ostensivo;
- policiamento comunitário;
- planejamento de ação integrada ;
- métodos de intervenção e de mediação;
- análise da situação;
- informações sobre proteção a testemunhas;
- áreas integradas de Segurança Pública;
- inquérito policial;
- perícias internas e externas;
- ação tática ;
- formas e técnicas de patrulhamento e presença no território;
- análise criminológica;
- métodos e técnicas de entrevista e interrogatório;
- métodos e técnicas de investigação policial;
- técnicas de abordagem;
- técnicas de defesa pessoal;
- técnicas de contenção, imobilização e condução.

O desenvolvimento teórico das áreas temáticas dar-se-á em íntima relação com os Eixos Articuladores e a reflexão sobre o cotidiano e a prática social mediada por um contexto de constante avanço do conhecimento.



2.5 Orientações Teórico-Metodológicas

As orientações teórico-metodológicas contidas na **Matriz Curricular Nacional** constituem um referencial para o ensino e a aprendizagem dos conteúdos fundamentais à formação profissional em Segurança Pública, garantindo a coerência com as políticas da SENASP/MJ.

2.5.1 Declaração das intenções, princípios norteadores e movimentos metodológicos

O referencial teórico-metodológico da **Matriz Curricular Nacional**, elaborado num contexto nacional em reconstrução, é sustentado por um paradigma que concebe a formação como processo complexo e contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, visando a preparação de profissionais responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento profissional e pelo cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os competentes, comprometidos com aquilo que está no campo de ação de seu poder e com a melhoria do bem público e das instituições políticas⁴.

Na evolução educacional pretendida, o ensino é entendido como processo político complexo transpassado por competências e habilidades específicas e especializadas, visando à promoção da aprendizagem, a reconstrução do conhecimento e a apropriação crítica da cultura elaborada, pautadas em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética.

A aprendizagem envolve atividade socialmente organizada que implica na relação cognitivo-afetiva entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento pressupondo a construção de um novo conhecimento a partir da continuidade/ruptura com o conhecimento anterior.

Cada sociedade, cada cultura institucional gera suas próprias formas de aprendizagem, significando que as aprendizagens são diferentes nas diferentes culturas organizacionais e sociais, trazendo como demanda a necessidade de atenção às singularidades que permeiam as instituições de formação policial.

Apoiada nestas concepções, a **Matriz Curricular Nacional** oferece um referencial pedagógico que tem em vista a promoção efetiva de uma competência coletiva profissional em Segurança Pública com base na aplicação prática e na adaptação de competências, numa íntima relação com o desenvolvimento das capacidades de análise e gestão situacional, a partir de aprendizagens que não se resumem a um conjunto de rotinas recicladas, mas referem-se à reconstrução do conhecimento envolvendo:

- memorização associada à reflexão e à decisão;
- busca de significado para interpretação;
- processo interpretativo para a compreensão da realidade;
- estratégias que implicam na utilização de distintas formas de aprender em função das metas motivacionais concretas dos aprendentes, evitando a aplicação apenas rotineira e automática de técnicas habituais;
- controle e reflexão construtiva incentivando, de forma progressiva, que o aprendente avalie as próprias aprendizagens⁵.

A formação em Segurança Pública precisa ser desenvolvida numa sociedade de aprendizagem continuada, em ritmo acelerado de acesso à informação e de conhecimento constantemente em reconstrução, com a consciência da necessidade de aprendizagem contínua no exercício da profissão e que requer práticas integradas entre os diferentes segmentos que se ocupam da área da segurança em nível nacional.

Tal proposta educativa apresenta um delineamento pedagógico diferenciado, apoiando-se nas interações enriquecedoras entre os diferentes componentes curriculares, garantindo a unidade, preservando as singularidades e a autonomia com a consciência da relação de dependência entre si e com

aspectos históricos e culturais.

A transversalidade que emana da **Matriz Curricular Nacional**, apoiada nos eixos articuladores, associa-se às transversalidades emergentes dos objetivos definidos a partir das áreas temáticas e dos perfis exigidos pelas diferentes carreiras que integram a Segurança Pública. A transversalidade curricular dá coerência interna e integra as ações formativas à filosofia da política vigente. Representa, ainda, uma relação necessária de subordinação resultante do comprometimento assumido face à autoridade que emana da proposta governamental em Segurança Pública, conferindo a necessidade de contextualização e de abrangência.

No mundo profissional é preciso aprender conteúdos distintos, com finalidades diferentes e em condições de constante mudança o que exige a adoção de estratégias diferentes. Importa desenvolver a aprendizagem sobre recursos alternativos e a capacidade estratégia de saber, quando e como utilizá-los. Isso torna imprescindível que estratégias de aprendizagem integrem os currículos de formação, permitindo ao aprendiz controlar e selecionar as informações, dar sentido a saberes informais relacionando-os.

Uma aprendizagem desorganizada costuma levar a formas de aprendizagem repetitivas sem a compreensão do que se está aprendendo. A aprendizagem é um sistema complexo composto pelos subsistemas que interagem entre si: o que se aprende (resultados da aprendizagem), como se aprende (processos e estratégias) e em que se aprende (condições práticas)⁵.

Para a efetivação da transversalidade pretendida, as Instituições de Ensino precisam planejar as ações educativas a partir da análise crítica de suas ações pedagógicas e de sua cultura organizacional, das contradições constatadas em

relação é problemática do mundo profissional e sócio-cultural (entre teoria e prática, entre formação e demandas da sociedade). Para tanto, a construção curricular amparada no referencial comum nacional de Segurança Pública, passa a exigir uma articulação com os referenciais das diferentes instituições de ensino e o investimento em práticas educativas que propiciem uma formação que se caracterize pelo(a)

- coerência com as diretrizes nacionais e a filosofia institucional;
- criação de estratégias para um ensino comprometido com a transformação social e profissional;
- articulação entre Eixos Articuladores e destes com as Áreas Temáticas por meio de percursos interdisciplinares;
- desenvolvimento e transformação progressiva de capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes pertinentes com os perfis profissionais;
- compreensão da complexidade das situações de trabalho e das práticas de Segurança Pública, identificando riscos das decisões tomadas;
- ampliação de competências profissionais⁵;
- curiosidade intelectual e responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal;
- articulação entre teoria e prática;
- avaliação continuada das práticas e da aprendizagem.

O planejamento curricular precisa apoiar-se em opção metodológica que favoreça a construção da competência coletiva/profissional pretendida, de forma crítica e reflexiva, e na criação de espaço para a realização periódica de atividades de mobilização do corpo docente e discente, de reuniões de estudo e

de análise/reconstrução coletiva dos planos educativos.

Competência profissional é entendida na área da Segurança Pública, como o conjunto formado por saberes, competências específicas, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessários ao exercício das funções a serem desempenhadas. Assim, o conjunto de competências que forma a competência profissional, é de natureza cognitiva, afetiva e prática e de ordem técnica e didática⁶, incluindo diferentes saberes⁷.

O esquema a seguir apresenta a integração entre os saberes presentes na construção da competência e da inteligência profissional.



Fontes: ALTET, Marguerite. As competências do Professor Profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: ARTMED, 2001. e MORIN, Edgar. O Método III: O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

Os saberes teóricos contidos nas áreas temáticas, inseridos no contexto mais amplo e nas diferentes disciplinas e na cultura de Segurança Pública, são indissociáveis dos saberes práticos.

Os saberes práticos, originados das experiências cotidianas da profissão, são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho. Entre os saberes práticos distinguem-se os saberes sobre a prática (saberes procedimentais sobre o “como fazer”) e os saberes da prática (produto das ações que tiveram êxito e o saber “quando” e “onde” os saberes podem ser aplicados). Este “saber situacional” articula os diferentes saberes na ação, gerando práticas profissionais que se desenvolvem no decorrer de experiências, o que permite ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação, consciente das limitações e da complexidade situacional; desenvolver hábitos que possibilitarão discernir o impossível do possível, e elaborar cenários com consciência do inevitável e do desejável⁸.

O saber instrumental permite o desenvolvimento da competência “saber analisar criticamente”.

A articulação entre os saberes, as habilidades, hábitos, atitudes e os esquemas de ação geram a competência.

As competências específicas envolvem um conjunto de saberes integrados que precisam ser identificados nos planos das disciplinas de forma avaliável e em nível adequado, oportunizando a compreensão do que se espera do aprendente. Entre estes saberes destaca-se⁹:

- a) Saber redizer textualmente, repetindo tal como foi dito;

- b) Saber redizer, dizendo o que foi dito com as próprias palavras ou na forma de um gráfico, desenho ou imagem;

- c) Saber refazer, reproduzindo o que foi aprendido em situações semelhantes, adaptando rapidamente situações rotineiras;

- d) Saber fazer, aplicando conhecimento em situações não semelhantes a que serviu de aprendizagem o que exige análise, ordenação, combinação e diferenciação entre o que é essencial e o que é superficial, síntese, solução de problemas, avaliação, saber escutar e comunicar;

- e) Saber fazer gestual, envolvendo a precisão em manobras, no uso de equipamentos e no uso da tecnologia;

- f) Saber ser, incluindo o autoconhecimento, conhecimento dos outros e da vida em geral, remetendo a sistemas de valores, opiniões e crenças usados nas avaliações e julgamentos . Este saber integra o saber redizer, o saber refazer e o saber fazer;

- g) Saber transformar-se, implicando no engajamento em projetos, ajustes e antecipação do futuro;

- h) Saber fazer relacional, incluindo o estabelecimento de relações entre

conceitos, teoria e prática, contexto mais próximo e contexto mais amplo.

A integração de saberes é um processo em que um novo saber se liga a saberes anteriores na aplicação de conteúdos específicos em situações concretas, necessitando ser proporcionada no desenvolvimento de atividades de variada natureza⁹ na formação na área da Segurança Pública.

Os esquemas de ação, que permitem mobilizar e efetivar os demais componentes da competência, constituem o cenário que se mantém de uma situação para a outra (rotinas) ou o cenário que passa por ajustes e recombinações de informações para adaptação a situações estratégicas⁶.

As principais metas pedagógicas dizem respeito à aplicação dos saberes, à aquisição progressiva de técnicas, habilidades e esquemas de ação (saber fazer), ao saber da experiência teorizada (saber refletir).

Para assegurar uma formação profissional em Segurança Pública com qualidade, a configuração de estratégias diferenciadas constitui desafio pela necessidade de combinação entre procedimentos, saberes, técnicas, recursos e atividades, distanciando-se de um ensino meramente transmissor, vinculando-se a aspectos básicos da educação (filosóficos, psicológicos e sociológicos).



O profissionalismo a ser alcançado pela formação pretendida é uma construção pessoal/coletiva que se apóia na reflexão teórica sobre as experiências vividas, com a ajuda de um mediador (docente), gerando conhecimento e competência a partir de, através de e para a prática de¹⁰ Segurança Pública.

Torna-se necessária a discussão e a reconstrução das ementas das disciplinas, ou de outra forma de organização curricular adotada por percurso interdisciplinar, explicitando a consciência de que existem responsabilidades

que precisam ser assumidas coletivamente para uma maior integração curricular (transdisciplinar).

Para realizar a integração pretendida, mudanças na metodologia de ensino são decisivas, incluindo o rompimento com práticas docentes conservadoras e autoritárias, o que propicia condições para o desenvolvimento de uma competência coletiva interdisciplinar na evolução curricular: o estabelecimento de uma rede de comunicação e de linguagem e objetivos comuns viabilizam gradualmente a mobilização para a integração, contribuindo para a identidade grupal. Entretanto, urge que se faça uma reflexão crítica sobre a realidade pedagógica passada e atual, para detecção dos pontos fortes e das fragilidades.

A partir da reflexão crítica sobre as possibilidades e limitações, surge a demanda por uma metodologia de ensino diferenciada, o que exige a criação de espaço para que os docentes discutam a **Matriz Curricular Nacional** e participem de processo de desenvolvimento docente.

A metodologia de ensino proposta traz como exigência básica os seguintes movimentos interdependentes⁹:

- a) mobilização para a aprendizagem, pelo interesse e a busca de conhecimento e pela articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses institucionais e pessoais, e a análise do conhecimento anterior para a reformulação de conceitos, ações e atitudes;

b) desconstrução/reconstrução do conhecimento pelo desenvolvimento da aptidão para análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes interpretações da realidade;

c) avaliação da própria produção (pelo discente), a partir da reflexão sobre as ações e os resultados atingidos (sínteses integradoras que são manifestações da interdisciplinaridade), identificando avanços, reproduções e retrocessos.

Numa metodologia desta natureza, a interdisciplinaridade se manifesta na qualidade dos resultados alcançados, a partir do aprofundamento da aprendizagem e do potencial de desenvolvimento das atividades de natureza cognitiva e afetiva que traduzam intenções educativas.

2.6 Sistema de avaliação da aprendizagem e o processo de educação continuada

O sistema de avaliação proposto na **Matriz Curricular Nacional** inclui critérios gerais constituídos por indicadores de diferentes naturezas, estratégias, procedimentos, técnicas e instrumentos, visando a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesta abordagem, o sistema não se reduz a critérios de aprovação e reprovação. Muito mais constitui a base para um monitoramento permanente da qualidade e da eficácia das práticas formativas, a partir de critérios claramente definidos e divulgados.

Os critérios de avaliação da aprendizagem têm como referência básica os objetivos definidos, o perfil profissional desejado e novos conhecimentos, saberes e habilidades exigidos pela necessidade de constante atualização.

Para melhor compreensão da relevância social e educacional da avaliação da aprendizagem importa investigar fracassos e avanços, a partir da reflexão sobre as práticas avaliativas¹¹. E isto implica na renovação destas práticas, permeada pela observação direta e pela intenção de auxiliar os discentes na reflexão crítica sobre a sua própria produção, para que possam reconsiderar suas próprias idéias, ações e atitudes⁹.

O aprendente em formação tem consciência da qualidade da própria aprendizagem e de sua produção se, além de observar e analisar situações concretas e hipotéticas, desenvolver a capacidade de conceber com o auxílio docente, um projeto pessoal de formação. Para tanto, é preciso que o discente observe a si mesmo e ao seu grupo de trabalho em situações pedagógicas diversificadas, experienciando procedimentos de reflexão teórica e de análise das distâncias entre a própria percepção e as dos docentes a seu respeito, o que o auxilia na análise de atitudes, de valores e de papéis sociais¹³. Isto propicia esclarecimento e revisão, oportunizando ao discente a possibilidade de tomar consciência de suas carências e do que influencia suas ações e, a partir daí, conceber um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.

Na avaliação da aprendizagem convém que o docente tenha a consciência de que trata as informações, analisa as situações e toma decisões com a ajuda de esquemas de pensamento e esquemas de ação (repetições de uma mesma ação) que devem ser objeto de reflexão crítica^{6 e 12}, para que se introduzam inovações: o discente inova a partir do momento em que compreende aquilo que torna uma situação diferente, enriquecendo e diversificando os hábitos, ao reconhecer a novidade. Entretanto, só isto não basta. É preciso oportunizar situações de avaliação em que o discente possa

tomar consciência de seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação para que possa reconsiderar suas próprias idéias numa visão de aprendizagem como processo de reconstrução permanente, favorecendo esquemas de percepção que permitam opções inteligentes para o enfrentamento de incidentes críticos, a partir da elaboração de cenários⁷, formando um novo conjunto de hábitos. Portanto, é preciso desenvolver uma avaliação da aprendizagem que favoreça a tomada da consciência em relação ao conjunto de esquemas de ação para que estes possam ser transformados⁶.

A avaliação da aprendizagem vai além da constatação de competências, habilidades e atitudes que compõem a caracterização do profissional a ser formado, das normas regimentais e dos critérios específicos estabelecidos com base nos eixos articuladores, nas áreas temáticas e nos conteúdos específicos das disciplinas. O objetivo essencial da avaliação é auxiliar docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes, para uma aplicação deste componente curricular de forma desapaixonada e desvinculada de posições autoritárias, preservando, porém, a autoridade contextual do professor.

Os problemas atuais referentes às práticas avaliativas não estão necessariamente associados ao tipo de instrumentos utilizados, mas possivelmente na forma como eles são construídos, nos procedimentos utilizados, nas intenções e na forma como são usados os resultados. Exige-se a preparação de docentes e discentes para uma avaliação desta natureza.

A avaliação pretendida não tem a intenção de romper abruptamente com a história avaliativa dos Cursos de Segurança Pública, mas de reformular aspectos essencialmente conservadores e autoritários, orientando para uma transição consciente e compromissada para uma forma de avaliar que não abandone a exigência em relação à qualidade e à precisão, que incorpore uma

visão de avaliação como fenômeno complexo, cujos resultados não pertencem somente ao professor, mas também ao discente. Isto é indispensável para que o discente desenvolva a consciência sobre a qualidade de sua produção e, a partir disto, busque novos conhecimentos, que possibilitem uma formação coerente com os objetivos institucionais e as demandas da realidade em Segurança Pública.

Além da orientação já consagrada pelos Regimentos das Instituições de Ensino, o sistema de avaliação precisa projetar outras técnicas para a coleta de dados - observação participante, entrevistas individuais e coletivas, auto-avaliação - o que demanda a associação de procedimentos de natureza qualitativa a procedimentos quantitativos.

2.6.1 Auto-avaliação dos Cursos e Monitoramento

Uma educação profissional em Segurança Pública, que se mantenha atenta à complexidade do mundo contemporâneo, possibilita a implantação e o desenvolvimento de um processo avaliativo com condições de orientar na criação de perspectivas e estratégias, que contribua para a melhoria da qualidade do ensino, com base no autoconhecimento e no reconhecimento das potencialidades, dos resultados e das limitações dos cursos oferecidos.

Entre os critérios que podem guiar a constante avaliação dos Cursos encontram-se a(o):

a) repercussão educacional alcançada em função do custo/benefício;

b) inovação e a possibilidade de impacto no mercado de trabalho;

- c) relevância da contribuição científica e social;
- d) adequação metodológica;
- e) coerência e a adequação à **Matriz** e ao marco referencial da Instituição de Ensino³;
- f) consolidação de parcerias externas e a consolidação da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade;
- g) consistência teórico-prática;
- h) integração entre conhecimentos gerais, essenciais, conteúdos complementares, conteúdos transversais e conteúdos de natureza profissional;
- i) flexibilidade curricular em atendimento a interesses específicos e atualizados;
- j) desenvolvimento de conteúdos de forma contextualizada;
- l) desenvolvimento da aptidão geral para delimitar e tratar problemas;
- m) encorajamento à aptidão interrogativa sobre problemas fundamentais da própria condição e da época;

n) reconhecimento do elo indissolúvel entre unidade e diversidade;

o) consolidação da ética e da cidadania;

qualificação e atualização docente.

Uma avaliação sob estes critérios representa um incentivo ao corpo docente, discente e administrativo para práticas avaliativas numa visão sistêmica, na qual a administração, os recursos humanos, a metodologia de ensino se pautam também por tendências sociais em constante transformação e por uma concepção de conhecimento como recurso flexível, fluido, em processo de expansão e mudança incessante.

Para que reais modificações aconteçam no sistema de avaliação, é vital que os docentes se envolvam na reflexão crítica das práticas cotidianas, para que possam construir uma inteligência profissional coletiva o que implica na transformação da forma como pensam e desenvolvem as capacidades humanas de considerar riscos, lidar com as mudanças e desenvolver investigações em parceria, quando novas demandas e problemas de avaliação os desafiem.

2.6.2 Concretização das pretensões

A reformulação curricular, a partir das orientações teórico-metodológicas contidas na **Matriz Curricular Nacional**, precisa oferecer, ampliar e associar novas formas de trabalho integrado, a partir de um planejamento cuidadoso que

propicie uma evolução nas propostas dos Cursos, numa concepção privilegie a convergência entre eixos articuladores e áreas temáticas para o atendimento de demandas locais, estaduais e nacionais.

A partir de diferentes formas de integração curricular podem ser criadas condições para o alcance dos perfis profissionais. Estes perfis, que se caracterizam por uma profissionalidade (uma questão de competência/inteligência/profissional coletiva), emergida a partir da cooperação, sinergia e combinações entre competências/inteligências individuais são potencialmente geradores de uma identidade profissional, desempenhando um papel integrador.

Embora os Cursos de formação venham alcançando resultados que podem ser considerados significativos, suas trajetórias vêm encaminhando para a necessidade de mudança a partir do entendimento de Segurança Pública como fenômeno interdimensional e complexo. Para o alcance da formação pretendida convém trabalhar construtivamente, desconstruindo a diversidade de saberes científicos e não científicos, que permeiem os cursos, e consolidar o comprometimento com ações que favoreçam a consecução dos eixos transversais. E isto exige a reflexão crítica sobre as próprias práticas para a descoberta do que carece ser modificado, tendo como referências o contexto, os parceiros, as idéias dos teóricos e as políticas de Segurança Pública e educacionais.

Entre as principais formas de integração que podem contribuir para a evolução dos processos formativos na área de Segurança Pública em direção à interdisciplinaridade/transdisciplinaridade encontram-se¹³ :

a) integração, correlacionando os Eixos Articuladores, Áreas Temáticas e

disciplinas em diferentes momentos, respeitando as características singulares;

b) integração em torno de questões cotidianas intimamente relacionadas aos eixos articuladores como as questões sociais e morais associadas à problemática da Segurança Pública, cuja compreensão não está ligada somente no âmbito de uma determinada disciplina;

c) integração com outras instituições;

d) integração epistemológica o que exige tomar emprestado de outras áreas marcos teóricos, métodos, procedimentos ou conceitos que, ao incorporarem-se ao corpo tradicional do conteúdo específico, auxiliam a resolver problemas específicos;

e) integração entre áreas temáticas, agrupando disciplinas que conservam semelhanças importantes ou mantem um pretense antagonismo¹⁴.

Estas formas de integração precisam ser permanentemente reoxigenadas pela oferta de possibilidades extracurriculares, de parcerias e de relações com a comunidade para que apresentem uma maior apropriação à configuração de um perfil diferenciado e contemplem a consolidação das linhas norteadoras que emanam da **Matriz Curricular Nacional**. Para tanto, as atividades desenvolvidas necessariamente apresentam conexão com os objetivos pretendidos e exige-se que o corpo docente esteja preparado para trabalhar interdisciplinarmente.

Para uma evolução neste sentido, a partir dos avanços verificados, o

corpo docente precisa desenvolver a compreensão de que é possível e necessário transformar práticas em espaços de reflexão e leitura crítica. Para tornar viável esta conquista pedagógica incumbe que haja uma transformação nos papéis docentes e discentes, encaminhando-se de:

a) uma abordagem que enfatiza produtos para uma abordagem que considera pontos de partida, processos e produtos tanto parciais como finais;

b) uma visão em que a busca de interação significa invasão de território para uma visão de interação como oportunidade de enriquecimento mútuo e coletivo;

c) uma compreensão de instituição educacional como espaço de treinamento mecanicista para um espaço genuíno de reflexão e análise de diferentes pontos de vista, perpassado por clima de cooperação e pluralismo, associando-se aspectos qualitativos e quantitativos;

d) uma docência com características de autoritarismo para uma docência alicerçada numa autoridade docente que partilha um compromisso de transformação de práticas e de pensamento curricular.

Sendo assim, a efetivação dos propósitos formativos, propiciadores de integração às dinâmicas sociais, pressupõe a discussão crítica sobre o significado tradicional da formação, dos grandes dilemas originados no novo marco da sociedade e das exigências do desenvolvimento do compromisso com uma formação entendida como processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento pessoal/profissional e social.

É imperioso que se revisem as práticas formativas integrando-se com outras instituições e com a comunidade, buscando alternativas que permitam uma maior integração no âmbito pedagógico e político, ampliando-se os benefícios recíprocos.

A inclusão de estágios na estruturação curricular oportunizará aos docentes a reflexão na e sobre sua ação e aos discentes a reflexão na e sobre a ação profissional^{12 e 14} sensibilizando para a:

- a) criação de sistemas criativos de ensino que auxiliem a incorporar uma cultura de mudança, baseados em descobertas que facilitem no desenvolvimento da capacidade de adaptação a diversos contextos e problemas e a construção da autonomia na aprendizagem;
- b) incorporação de novas tecnologias no desenvolvimento de aprendizagens autônomas;
- c) desenvoltura para agir em contextos de fontes múltiplas de informação e vivência da atitude de constante busca e de comparação entre diferentes abordagens, posicionando-se criticamente.

A **Matriz Curricular Nacional** é um referencial para análise e reconstrução dos programas de formação oferecidos e da história educacional das instituições de ensino policial, a partir do reconhecimento da relevância das tensões geradas nas ambivalências e nos antagonismos sociais, tornando possível a coerência dos percursos pedagógicos com as políticas nacionais.

3 Referências Bibliográficas

- 1 BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Plano Nacional de Segurança Pública. Brasília: 2000.
- 2 BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1996.
- 3 SANTOMÉ, Jurjo. Globalização e interdisciplinaridade. Porto Alegre. ARTMED; 1998.
- 4 ESCÁMEZ, Juan, GIL, Ramón. O protagonismo na Educação. Porto Alegre: ARTMED, 2003.
- 5 POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres: A nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- 6 ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.
- 7 MORIN, Edgar. O Método III: O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- 8 ROEGIERS, Xavier e KETELE, Jean-Marie. uma pedagogia da integração: competências e aquisições no ensino. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- 9 AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In: GRILLO, Marlene, MEDEIROS, Marilú. A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 203-22.
- 10 LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência d@s profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2003.
- 11 SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

13 PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

14 SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

15 PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

4 GLOSSÁRIO

Aprendizagem: processo complexo que envolve atividade socialmente organizada que implica na relação cognitivo-afetiva entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, pressupondo a construção de um novo conhecimento a partir da continuidade/ruptura com o conhecimento anterior.

Avaliação: processo complexo que constitui base para um monitoramento permanente da qualidade das práticas formativas, indicando os avanços, as permanências e os retrocessos, a partir dos objetivos, Eixos Articuladores, Áreas Temáticas, a caracterização do profissional definida e a demanda de atualização de conhecimentos e habilidades; pressupõe a intenção de auxiliar os discentes na reflexão crítica sobre a sua própria produção, para que possam reconsiderar suas próprias idéias, ações e atitudes, comportando a auto-reflexão, a autocrítica¹.

Competência profissional: conjunto de natureza cognitiva, afetiva, prática e de ordem técnica e didática formado por saberes, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessários ao exercício das funções² de Segurança Pública, numa íntima relação com o desenvolvimento das capacidades de leitura e gestão situacional.

Desconstrução/reconstrução do conhecimento: movimentos de análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade.

Ensino: processo político complexo, permeado por competências e habilidades específicas e especializadas, que visa a promoção da aprendizagem, por meio da reconstrução do conhecimento e da apropriação crítica da cultura elaborada, pautado em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética.

Esquemas de ação: constituem o cenário que se mantém de uma situação para a outra (rotinas) ou o cenário que passa por ajustes e recombinações de informações, para adaptação a situações estratégicas e que permitem mobilizar e efetivar os demais componentes da competência³.

Formação: processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, procura a preparação de profissionais competentes, com responsabilidade pelo próprio desenvolvimento profissional e pelo cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os responsáveis por aquilo que está no campo de ação de seu poder. Pressupõe a evolução e a transformação progressiva das capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes, a partir da compreensão das situações de trabalho e das práticas de Segurança Pública, consolidando a identidade profissional e social^{2 e 4}.

Instituição educacional: espaço genuíno de reflexão e análise teórico-prática sob diferentes pontos de vista, entremeado por clima de cooperação e pluralismo.

Integração epistemológica: empréstimo entre áreas de marcos teóricos, métodos, procedimentos ou conceitos, que, ao incorporarem-se ao corpo tradicional do conteúdo específico, auxiliam a resolver problemas:

Interdisciplinaridade: interação e recursividade entre disciplinas, viabilizando gradualmente a mobilização para a integração da qual resultam sínteses construídas em relações de complementaridade (transdisciplinares) e a identidade grupal.

Metodologia de ensino: guia teórico-prático de situações e estratégias pedagógicas diversificadas, reconstruído constantemente, a partir da análise crítica dos pressupostos implícitos nas práticas formativas, o que exige a consciência de que as informações são tratadas, as situações são analisadas e as decisões são tomadas com base em interesses e necessidades⁷.

Mobilização para a aprendizagem: sensibilização para a busca do conhecimento pelo estímulo à curiosidade intelectual e à articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses e a análise do conhecimento prévio.

Profissionalidade: competência/inteligência/profissional coletiva, emergida a partir da cooperação, sinergia e combinações entre competências/inteligências individuais, potencialmente geradoras de uma identidade profissional.

Profissionalismo: construção pessoal/coletiva que se apóia na reflexão teórica sobre as experiências vividas, com a ajuda de um mediador (docente), gerando conhecimento e competência, a partir de, através de e para a prática⁸.

Saber instrumental: saber que permite o desenvolvimento da competência “saber analisar criticamente”³.

Saber prático: saber situacional que articula os saberes originados das

experiências cotidianas da profissão que são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho (saberes procedimentais sobre o “como fazer”) e os saberes originados em ações que tiveram êxito (“quando” e “onde” os saberes podem ser aplicados), permitindo ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação³.

Saber teórico contido nas áreas temáticas (inserindo-as no contexto mais amplo) e nas diferentes disciplinas e na cultura de Segurança Pública (inserindo-as no contexto mais próximo) e indissociável do saber prático⁶.

Sistema de avaliação: conjunto de critérios gerais (constituídos por indicadores de diferentes naturezas), estratégias, procedimentos, técnicas e instrumentos comprometido com um referencial paradigmático que contribui para o planejamento e o monitoramento permanente da qualidade das práticas formativas e a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem^{9 e 10}, tendo como referência a Matriz Curricular Nacional.

Transversalidade: eixo estruturador do currículo que propicia a coerência interna curricular e integra com a filosofia da política vigente e com o cotidiano da Segurança Pública, representando uma relação necessária de subordinação resultante do comprometimento assumido face à autoridade, que emana da proposta governamental e que confere às Instituições de Ensino, a responsabilidade pela convergência com as linhas norteadoras nacionais.

4.1 Referências Bibliográficas do Glossário

1 MORIN, Edgar. O Método III. O conhecimento do conhecimento. porto alegre: Sulina, 1999.

- 2 PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: ARMED; 2001.
- 3 ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.
- 4 SCHÖN, Donald. Educando o profissional reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED; 2000.
- 5 SANTOMÉ, Jurjo. Globalização e interdisciplinariedade. Porto Alegre: Artes Médicas; 1998.
- 6 AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de et al.. Participação e Interdisciplinaridade: movimentos de ruptura/construção. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- 7 AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In: GRILLO, Marlene e MEDEIROS, Marilú. A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 203-22.
- 8 LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência d@s profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2003.
- 9 PERRENOUD, Philippe. Avaliação: Da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: ARTMED; 1999.
- 10 BONNIOL, Jean-Jacques, VIAL, Michel. Modelos de avaliação: Textos fundamentais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.